



REFLEXÕES PARA A INTER(NACIONALIZAÇÃO) DA CIÊNCIA BRASILEIRA DE ADMINISTRAÇÃO

Luísa Karam De Mattos¹

Doutoranda em Administração na Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC).

Email: luisa.mattos@ufsc.br

Leonardo Flach²

Professor de Contabilidade na Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC).

Email: leonardo.flach@ufsc.br

Para citar este artículo puede utilizar el siguiente formato:

Luísa Karam De Mattos y Leonardo Flach (2019): "Reflexões para a inter(nacionalização) da ciência brasileira de Administração", Revista OIDLES, n. 27 (diciembre 2019). En línea: <https://www.eumed.net/rev/oidles/27/ciencia-brasileira-administracao.html>
<http://hdl.handle.net/20.500.11763/oidles27ciencia-brasileira-administracao>

Resumo

Este ensaio teórico tem por objetivo argumentar a tese sobre a necessidade de uma agenda de pesquisa e criação de teoria para a inter(nacionalização) da ciência brasileira da Administração. A internacionalização tem sido uma proposta recorrente para as Universidades, e uma de suas premissas básicas é a adoção do inglês como idioma. O inglês auxilia na internacionalização, mas deve-se atentar para não perder a especificidade do conhecimento tácito e semiótica do idioma local. O inglês reflete em parte a hegemonia norte-americana na ciência. Assim, este estudo tem como eixo nevrálgico de raciocínio, o domínio norte-americano no campo científico da Administração e a necessidade de internacionalização da pesquisa brasileira nesta área. Como considerações finais, propõe-se que a pesquisa brasileira utilize suas especificidades, fortaleça a identidade nacional, e procure o seu espaço no cenário internacional. Ela deve acrescentar conteúdo, e não apenas como coadjuvante no campo científico da Administração.

Palavras-chave: Internacionalização. Hegemonia norte-americana. Domínio. Local Development.

REFLEXIONS ABOUT THE INTER(NACIONALIZATION) OF THE BRAZILIAN MANAGEMENT SCIENCE

Abstract

This essay aims to argue the thesis about the need for a research agenda and creation of theory for the inter(nationalization) of the Brazilian Management Science. Internationalization has been always a demand for universities, and one of its basic premises is the adoption of the English language. It really helps in internationalization, but people should care about not losing the specificity of tacit knowledge and semiotic of the local language. The English language partially reflects the US hegemony in management science. Thus, this study discusses the North American domain in the management scientific field and argues about the need of internationalization of Brazilian research. Thus, this essay proposes that Brazilian research should find and use its specificities, ought to strengthen the national

1 LUÍSA KARAM DE MATTOS - Mestre em Administração pela Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC). Possui graduação em Administração de Empresas pela Universidade do Estado de Santa Catarina - UDESC/ESAG (2005) e Especialização em Gestão em Marketing pela UNISUL (2011). Email: luisa.mattos@ufsc.br

2 LEONARDO FLACH - Pós-doutor em Contabilidade e Finanças e pesquisador Visitante pelo Massachusetts Institute of Technology (MIT/EUA). Professor da graduação e pós-graduação em Contabilidade na Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC). Doutor em Administração (UFRGS), com doutorado sanduíche na Freie Universität Berlin (Alemanha). Email: leonardo.flach@ufsc.br

identity, and to seek its place in the international scenario. Brazilian management research should add content, instead of having a secondary role in management scientific field.

Keywords: Internationalization. North American hegemony. Domain. Local Development.

JEL (Journal of Economic Literature): Q01

1 Introdução

A crescente internacionalização do ensino superior nos últimos anos é influenciada pela globalização das sociedades e economias mundiais, além da valorização crescente do conhecimento (DE WIT; HUNTER, 2015). A internacionalização pode ser vista como um esforço para tornar a educação superior mais ajustável às exigências e aos desafios relacionados à globalização, cuja influência pode ser vista nos campos econômico, político, cultural e também educacional.

O processo de internacionalização de instituições de ensino superior (KNIGHT, 2005) integra uma dimensão internacional, intercultural ou global nos propósitos, funções e oferta de educação pós-secundária. Trata-se de um conjunto de esforços para capacitar o ensino superior a responder aos desafios da globalização da sociedade, da economia e do mercado de trabalho (JACKSON, 2008; WENDE, 2011; URBAN; PALMER, 2014).

O fenômeno de internacionalização do Ensino Superior passou por mudanças e evoluções. Recentemente, os programas de mobilidade são os que mais têm se fortalecido, destacando-se como um dos campos mais férteis e visíveis para a cooperação acadêmica internacional (ALTBACH, 2008; LAUERMANN, 2012; VÁZQUEZ *et al.*, 2014; KNIGHT, 2014; ARAÚJO; SILVA, 2015). A UNESCO – Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura – estima que o número de alunos que estará matriculado na educação superior fora de seu país de origem chegará a oito milhões, no ano de 2025 (JACKSON, 2008). Apesar da mobilidade acadêmica internacional não assumir o mesmo sentido e importância em todas as regiões do mundo (LIMA; CONTEL, 2011; KNIGHT, 2014), ela tem ganhado centralidade nas diretrizes educacionais dos países latino-americanos (CASTRO; CABRAL NETO, 2012). No Brasil, este é um fenômeno que tem crescido em números e em relevância, em razão das mudanças na direção de implementação de políticas públicas relacionadas à educação superior (LIMA; CONTEL, 2011).

O termo internacionalização do ensino superior vai além da mera mobilidade de estudantes e a assinatura de acordos internacionais. Além destas ações mais difundidas e conhecidas, constam também estes tentos: internacionalização do currículo de formação; intercâmbio de pesquisadores/professores; internacionalização da investigação; programas de graduação internacionais conjuntos ou múltiplos com parceiros estrangeiros; criação de sistemas internacionais de garantia da qualidade; classificações internacionais (ranking) de universidades; intercâmbio internacional de experiências e melhores práticas; etc. Em uma sociedade onde a distância geográfica é algo cada vez menor, universidades de todo o mundo já desenvolvem programas voltados à internacionalização de seu ensino. E o Brasil também busca maneiras de se inserir no mercado internacional do ensino superior.

No ranking de qualidade da educação superior, a Classificação Acadêmica das Universidades Mundiais de 2016 (em inglês: *Academic Ranking of World Universities* - ARWU), divulgado pelo Centro de Universidades de Classe Mundial da Universidade de Jiao Tong de Xangai, coloca o Brasil com seis universidades entre as “Top 500” mundiais. Os Estados Unidos, líder desse ranking, apresenta 137 universidades entre as 500 melhores colocadas. Já nossos vizinhos Chile e Argentina, possuem apenas uma universidade cada, nesta mesma categoria. Isto demonstra que o Brasil se destaca na América do Sul, e vem trabalhando em busca de um maior destaque internacional. Todavia ainda está distante das potências universitárias mundiais, como Estados Unidos, Reino Unido e Alemanha. Cabe também citar o avanço de universidades asiáticas, que nos últimos anos vêm se destacando no contexto mundial. Este avanço é em grande parte explicado promoção de intercâmbio de seus estudantes e pesquisadores em universidades de ponta do eixo EUA-Europa, e uso do idioma Inglês em seu currículo acadêmico.

Guerreiro Ramos (1983, p. 301) aponta que o fenômeno da mundialização traz como consequência a imitação daquilo que é estrangeiro por parte dos países marginais do capitalismo. O que daí deriva, deveria ser motivo de preocupação pelos interessados em formar uma administração mais contextualizada e, talvez, menos universal. O autor afirma que “embora constituído em nação

independente, o Brasil teve que adotar os modelos institucionais dominantes no mundo, a fim de obter os requisitos essenciais para prosseguir em sua evolução”.

Com a internacionalização, as instituições de ensino superior buscam incluir o idioma inglês e realizar intercâmbio docente/discente, como também parcerias de pesquisas com universidades externas. É incentivada a utilização da língua inglesa em publicações internacionais, seja porque as principais publicações da área estão nesse idioma, seja porque as principais Escolas de Administração estão localizadas nos Estados Unidos e Inglaterra.

Corroborando com o acima citado, Boyacigiller e Adler (1991, *apud* VERGARA e PINTO, 2001), citam que se deve atentar para o fato de que a agenda hegemônica de discussão é, em larga maioria, definida por aqueles que detêm os principais meios de divulgação. São eles que validam as regras de publicação e os parâmetros de aceitação. Se eles ditam as regras, é natural que os países que não possuam a língua inglesa como oficial e querem se inserir no mercado, se submetam às regras de quem está no controle. Ou seja, incentivem a pesquisa com bases de dados norte-americanas e publicações de artigos em inglês.

Os países que ainda não possuem um destaque internacional e não são referência no ensino em Administração, como é o caso do Brasil, tornam-se os principais consumidores dos serviços educacionais ofertados pelos países centrais (alguns países europeus, e principalmente os Estados Unidos). Isto gera a manutenção do controle destas nações sobre as demais culturas. E perpetua-se o “modelo ideal a ser seguido”, a única verdade, a resposta pronta e ditada, sem qualquer reflexão sobre a sua aplicabilidade em outro contexto cultural.

De que maneira a hegemonia norte-americana influencia a epistemologia da Administração. Tal forma de dominação norte-americana, se impondo sobre a pesquisa e a maneira de pensar no campo da Administração no Brasil? Tais reflexões são apontadas e discutidas neste ensaio teórico.

Neste ensaio são apresentadas, primeiramente, as bases teóricas sobre a internacionalização do ensino superior e a hegemonia norte-americana no campo científico da Administração no Brasil. Posteriormente, debate-se a dominação burocrática. Por fim, são levantadas as reflexões e caminhos da internacionalização acadêmica e o impacto da influência norte-americana na realidade brasileira.

2 A Internacionalização do Ensino Superior e a Hegemonia Norte-Americana no campo da Teoria de Administração

A UNESCO publicou estudo em 2008, sobre a internacionalização do Ensino Superior. Constatou-se que a mobilidade interacional de estudantes ocorre principalmente de países periféricos e semiperiféricos para países centrais, como os Estados Unidos. Somente os Estados Unidos acolhem 26% da população estudantil internacional, e enviam apenas 2% de estudantes para o exterior. É nesse cenário que o protagonismo do mercado confere à internacionalização uma lógica mercantil, cuja problematização merece reflexão crítica (LIMA; CONTEL, 2011). Observou-se também que os Estados Unidos lideram rankings de universidades mundiais em função da qualidade de sua pesquisa e ensino. Deste modo, o país utiliza sua posição de líder para captar pesquisadores pelo mundo e aproveitar o conhecimento gerado por esses estudantes. Ao ensinar alunos estrangeiros a realizar pesquisas, a academia norte-americana fortalece a sua hegemonia, repassa seus ideais e *modus operandi*, que serão difundidos mundo afora, principalmente em países em desenvolvimento.

No Brasil, o debate sobre a influência norte-americana em estudos nacionais começou a ser contestada por radicais críticos como Maurício Tregtemberg e por culturalistas, como Alberto Guerreiro Ramos (filhado ao nacional desenvolvimentismo, que abrigou também Paulo Freire) na década de 70 (FISCHER, 2003).

Guerreiro Ramos (1983) explica que a imitação daquilo que é estrangeiro, por parte dos países marginais do capitalismo, deveria ser motivo de preocupação dos interessados em formar uma administração mais contextualizada. Torna-se necessário situar a pesquisa acadêmica em administração, no Brasil, de forma crítica; como algo a ser analisado criticamente, no sentido de que ela muito se apropria de ideais norte-americanos em seus trabalhos. Pode-se dizer que a hegemonia norte-americana observada em todo o mundo, é amplamente visível também na academia brasileira.

Vergara (2001) realizou amplo estudo sobre a hegemonia americana nas pesquisas brasileiras. A autora aponta que os pesquisadores brasileiros utilizam massivamente consultas a bases norte-americanas, mas sem um filtro, sem um aprofundamento científico, sem deixar de citar a literatura superficial. A pesquisa brasileira é realizada com base em artigos americanos em uma realidade norte-americana, sem adaptar à realidade das organizações brasileiras (RAMOS, 1983; VERGARA E PINTO, 2001; VERGARA E CARVALHO, 1995). Copia-se o modelo, mas não se leva em consideração as especificidades do ambiente. Sugere-se como caminho a inclusão prática do conceito de Redução Sociológica (RAMOS, 1983), ou seja, importar conceitos e categorias e

reinterpretá-los na cultura nacional, de forma a adequá-los ao seu conteúdo de sentido, para afirmar a identidade nacional como passo fundamental para a consolidação da consciência crítica.

Vergara (2001) destacou o grande uso de autores estrangeiros na produção brasileira e os motivos para a hegemonia das referências americanas frente às estrangeiras, ao longo de toda a década de 1990. Dentre os motivos observados, a opção que apontava a inércia dos pesquisadores brasileiros obteve maior votação como justificativa do fato, seguida daquela que dizia ser a fonte americana de maior confiabilidade e acesso. Esses motivos estão interligados, pois sendo o pesquisador brasileiro inerte e buscando as fontes de mais fácil acesso, é natural que encontre com mais facilidade em suas buscas, os autores americanos.

Doravante, nem todos os autores americanos citados são referências na academia. Isso é reforçado por Bertero, Caldas e Wood Jr. (1999), que concluíram que os pesquisadores brasileiros em administração de empresas não escolhem bem as fontes americanas, e privilegiam autores cujas obras são mais apropriadas às livrarias de aeroporto do que às bibliotecas universitárias. A visão dos autores também reflete a inércia desse perfil de pesquisador brasileiro, que não pesquisa a fundo os conceitos dos autores que irá utilizar. É uma forma de escrita que aplica aquilo que encontra, apenas por acreditar que o fato de ser um autor estrangeiro já fornece credibilidade. Essa preferência nacional por autores estrangeiros denominada estrangeirismo, ou seja, uma supervalorização da pesquisa estrangeira.

Entre os motivos para a predominância de referências estrangeiras em relação às brasileiras, há também a percepção de que ela ocorra por conta da maior variedade de fontes estrangeiras à disposição (VERGARA, 2001). Em parte, isto já é algo ultrapassado, já que as bases científicas de dados já apresentam revistas científicas de diversos países. Ainda, nota-se um predomínio de impacto científico nas revistas americanas de administração, um maior prestígio por fontes estrangeiras no mundo acadêmico, a não-equivalência entre o padrão de qualidade das fontes estrangeiras e brasileiras.

A hegemonia norte-americana é algo inquestionável no meio acadêmico, e isto foi algo conquistado. Por isso, tal conquista deve ser respeitada. O problema ocorre quando essa hegemonia influencia o desenvolvimento da pesquisa nacional, quando não permite que sejam abordados temas que fazem parte do contexto nacional, e se tais problemas estão desconectados da teoria estrangeira de administração.

No momento da escolha da lente teórica, o pesquisador tende a agradar o que autores e editores de grandes publicações americanas ditam. Isto porque ele acredita que terá mais chances de ter seu trabalho visualizado e prestigiado. O resultado é a ausência de inovação, é apenas a produção de mais do mesmo, sem fornecer ajuda a solução de um problema brasileiro. Sintomaticamente, para Bertero e Keinert (1994), a produção nacional reproduz as oscilações e os modismos de inspiração predominantemente norte-americana.

O estrangeirismo presente na academia brasileira considera as pesquisas internacionais teriam mais espaço que as nacionais. Se os rankings de qualidade de universidades de pesquisa mundiais e as principais publicações científicas da Administração comprovam a superioridade norte-americana, é este o argumento a ser utilizado para a busca da internacionalização. Esta atitude já é realizada por países asiáticos, como China, Coréia do Sul, e Singapura. Eles optaram por investir muito e em longo prazo em educação, na capacitação dos professores e pesquisadores, na promoção de intercâmbio com universidades de ponta, e passou a cobrar um retorno produtivo voltado ao cenário local. Tal adaptação já surte efeitos positivos. Promove-se o crescimento intelectual, para que futuras citações sejam baseadas em autores nacionais, e não apenas em autores estrangeiros.

A CONAES (Comissão Nacional da Avaliação do Ensino Superior) indica que o baixo grau de internacionalização e o baixo domínio do inglês fazem a universidade brasileira parecer muito menor do que realmente é no cenário internacional. Segundo essa Comissão, se o Brasil investir mais na adoção da língua inglesa, poderia aumentar a sua visibilidade internacional. O caminho da internacionalização favoreceria esse crescimento e desenvolvimento das universidades e da pesquisa nacional. É algo inevitável para quem quiser se manter e se destacar no mundo globalizado. Afinal, o inglês é o idioma universal, e não há como querer alterar este fato. É possível sim a adaptação, a aprendizagem do idioma, e deixar de ser consumidor de tecnologias, produtos, teorias importadas.

Rossoni (2013) afirma que a internacionalização é uma meta da academia em Administração, mas confunde-se a questão de internacionalizar apenas com a adoção do idioma inglês. Mas não se trata apenas de escrever em inglês, mas defender a identidade nacional, e desenvolver teoria que seja aplicada a realidade das organizações no Brasil. Isso leva à reflexão sobre qual seria a real contribuição dos estudos escritos em inglês que pouco ou nada contribuem para a situação nacional. E também cabe a reflexão sobre qual medida de repercussão haveria em termos de qualidade no

fórum global. Segue-se numa tendência de reproduzir sem refletir textos, sem realizar aplicações práticas eficientes no cenário nacional. Isto prejudica a entrada do Brasil no cenário global, e gera-se conteúdo sem sentido à realidade local. Opta-se por escrever artigos que não encontram público no exterior, e tampouco utilidade na prática nacional.

Outro problema epistemológico é o colonialismo acadêmico (ROSSONI, 2013). Por mais que o Brasil se esforce em produzir em inglês para ser avaliado por *journals* de alto impacto na área de administração, em muitos casos os editores são parciais, e distinguem se os autores são brasileiros ou estrangeiros. Isto sem lembrar que a grande maioria dos autores em Administração no Brasil copia os autores estrangeiros, ou seja, o assunto é basicamente o mesmo, refletindo a hegemonia da cultura norte-americana.

Vergara e Pinto (2001) reforçam esse posicionamento. Se do ponto de vista quantitativo a produção e a pesquisa em administração fincaram suas raízes em solo rico, sob o aspecto qualitativo deve-se atentar para o fato de que a agenda hegemônica de discussão é, em larga maioria, definida por aqueles que detêm os principais meios de divulgação.

Então, eles validam as regras de publicação e os parâmetros de aceitação. Vergara e Pinto (2001) afirmam que ainda que se argumente que renomadas revistas americanas têm publicado trabalhos provenientes de outros países, sobretudo os asiáticos, ainda há de se reconhecer que os Estados Unidos identificam como válidos apenas os métodos por eles construídos. Hegemonicamente, são eles que definem as regras de publicação e parâmetros de aceitação. Segundo a opinião dos autores, a hegemonia norte-americana é algo que influencia o tema que o pesquisador brasileiro irá estudar, e decidirá se tal autor aparecerá em periódicos de ponta ou não. Para a internacionalização da teoria da administração, a pesquisa se rende ao domínio norte-americano, e produz para agradar o mercado editorial internacional, esquecendo-se de focar em seu público local.

Considerando a Epistemologia o conhecimento científico da Administração, pode-se dizer que a hegemonia norte-americana nos estudos nacionais influencia os fundamentos e métodos desse conhecimento científico. Tal como já abordado, boa parte da pesquisa nacional é realizada com base em autores e estudos de origem norte-americana, que repassam sua maneira de enxergar a administração, numa lente voltada aos costumes e realidade dos Estados Unidos. Seria difícil a epistemologia da Administração não ser influenciada pela hegemonia norte-americana, uma vez que os estudos realizados na área estão baseados neste cenário.

3 Dominação burocrática e a busca pela inter(nacionalização) da ciência brasileira de administração

Países e organizações têm contornos, relações internas e externas, limitações e potencialidades que os distinguem de outros (HOFSTEDE, 1984; MOTTA & CALDAS, 1997). Seus valores, cultura, história, interesses e tradução da realidade mantêm a identidade nacional. Se este reconhecimento das particularidades não for realizado, é bem possível que estes países sejam incapazes de lidar com as dificuldades que os envolvem, e que se submetam à dominação de outros grupos sociais, prendam-se a caminhos temáticos, teóricos e metodológicos já conhecidos (VERGARA, 2001).

Constata-se que as particularidades da realidade brasileira tendem a ser deixadas de lado em detrimento da valorização do aspecto global. O caminho para a solução perpassa a busca pela equiparação ao modelo proposto pelos líderes mundiais em educação, e por seguir as diretrizes necessárias para internacionalizar, com aprendizado e uso frequente do idioma inglês. Há a necessidade de uma procura por maior reconhecimento no exterior, com trabalhos de qualidade e alto impacto, liderados por pesquisadores brasileiros que pesquisam e publicam em inglês. O caminho passa pela busca das próprias particularidades, resolver os problemas organizacionais locais, enfrentar as dificuldades, adotar modelos e diretrizes impostas pelo mercado internacional.

Guerreiro Ramos (1983) dizia que o Brasil adotou os modelos institucionais dominantes no mundo e justificava tal decisão como necessária para o país apropriar-se de requisitos que lhe permitissem evoluir. Na visão do autor, era um mal necessário. O Brasil não poderia ficar à parte da evolução e se isolar dos modelos mundiais. No entanto, Guerreiro Ramos (1993) criticava que ao se comparar aos modelos pré-estabelecidos e não se atentar à realidade local, o país correria o risco de perder sua essência. Deve haver um equilíbrio.

Atualmente, a internacionalização do ensino superior deve seguir algumas diretrizes, como as já citadas: língua oficial inglesa, intercâmbio de docentes e discentes, convênio entre universidades periféricas com os grandes centros, dentre outras ações. Para uma universidade se dizer

internacionalizada, ela deve cumprir esses requisitos. Relembrando o que dizia Weber (1999), a burocracia moderna não é apenas uma forma avançada de organização administrativa, com base no método racional e científico, mas uma forma de dominação legítima. Dessa maneira, pode-se refletir que internacionalizar ter como consequência uma submissão ao líder americano. Cumprem-se as normas impostas, realiza-se pesquisa e publica-se em inglês, e o conhecimento local é colocado em segundo plano. Perpetua-se a dominação de quem está no poder.

Tem-se, então, como alertado por Vergara e Pinto (2001), um contexto de empobrecimento. De um lado, países periféricos deixam de enriquecer com suas próprias descobertas. De outro, os Estados Unidos deixam de enriquecer com os subsídios que outros países poderiam fornecer às suas pesquisas. Afinal, quando um pesquisador brasileiro dá continuidade a pesquisas norte-americanas, de modo a seguir o que vem sendo priorizado no mercado internacional, ele deixa de arriscar novas descobertas que poderiam indicar novos caminhos, tanto para o conhecimento local, como também para quem está no poder. Ele lança mão de arriscar, para padronizar o conhecimento conforme o que o líder costuma aceitar e valorizar. Vergara (2001) afirma que fora dos Estados Unidos, os demais países fornecem apenas contribuições marginais ou relativas a temas específicos, e há aproximação entre os temas abordados pelos autores brasileiros e os pesquisadores estrangeiros.

Chanlat (2014) reforça a posição, alegando que o campo internacional da pesquisa em Administração precisa de campos dinâmicos e originais; e que esse é um elemento essencial à sua vitalidade (ADLER & HARZING, 2009; AQUINO-ALVES & POZZEBON, 2013; HARZING & WAL, 2008). É importante atentar para não perder a especificidade e interpretação original ao traduzir para o inglês. O mesmo ocorre de maneira inversa, ao traduzir do inglês para o português. Chanlat (2014) conclui que se torna necessário manter uma diversidade essencial para a criação, para a inovação nos campos de ciências sociais e Administração.

Cabral (2013) explica que, por um lado, a internacionalização da produção em Administração é uma tarefa que exige renúncia a vários fatos que priorizamos em nossa vida e no Brasil. Por outro lado, tal renúncia proporciona externalidades positivas para os programas de pós-graduação e para a consolidação da academia brasileira no cenário mundial.

Faria e Meneghetti (2011) definem a burocracia como um instrumento da classe dominante que impõe sua ascendência sobre as demais classes. Essa dominação é feita pelas organizações e pelo Estado, por meio do estabelecimento de um modo de vida específico, de acordo com os interesses do capital. Se os Estados Unidos são considerados o símbolo máximo do capitalismo mundial, será que haveria interesse que os outros países pesquisem conforme o que este país acha interessante que seja pesquisado? Ao internacionalizar e adotar o inglês como língua para a pesquisa, os autores adotam a origem anglo-saxã como base. Será que isso não seria uma compra de alto custo das ideias destes países dominantes? Não seria isto uma reafirmação e validação que a classe dominante impõe ao *status quo*?

Alcadipani (2013) explica que muitas universidades e faculdades de países do Norte dependem, em larga medida, dos recursos provenientes de alunos do Terceiro Mundo. O autor explica que a supervalorização dada pelo Brasil ao ensino e a pesquisa do Norte acarreta a construção de um sentimento de inferioridade aos pesquisadores do Brasil. Isto implica disponibilizar a eles o papel de criar modelos, refletir, cabendo ao Brasil o papel de reproduzidor de conhecimento. Quando a *Academy of Management* realiza uma conferência na África, ela o faz com o intuito de também atrair talentos da região e reforçar a sua maneira de pensar o conhecimento em Administração como superior, para reforçar sua hegemonia. E quando a revista *Organization Science* organiza um workshop de desenvolvimento de artigos na Itália, ela reforça a sua forma de produzir conhecimento em Administração como a melhor forma de realiza-lo, como a forma mais legítima e internacional (ALCADIPANI, 2013).

É necessário participar do debate internacional, mas não como subalterno de uma visão de mundo (ALCADIPANI, 2013). Infelizmente, na prática, observa-se a participação subalterna. As grandes potências mundiais, os chamados países do Norte (Estados Unidos, Alemanha, Inglaterra, França) propagam e incentivam a participação maior de todos os países, e destacam que isso enriqueceria a pesquisa científica em Administração. Entretanto, para participar desse rol de conhecimento, é necessário se adaptar às regras e diretrizes impostas por quem detém o poder. O domínio sobre as nações em desenvolvimento e o controle do conhecimento dessas nações fica claro ao ministrar cursos e capacitações que servem para divulgar a forma de pensar que deve ser seguida, o que e como deve ser pesquisado. Isso tem como resultado, pesquisas que geram mais força às nações que detém o poder. Influenciando a pesquisa e o conhecimento, a hegemonia americana influenciou também a epistemologia da Administração.

Os países que estão ainda engatinhando na pesquisa, como o Brasil, desejam e devem participar dessas redes de conhecimento. Porém, eles não têm a possibilidade de pensar de maneira

totalmente independente. Há diretrizes a serem seguidas. Estas diretrizes são impostas por quem lidera o campo da pesquisa científica. Tal posição reflete as características de dominação e controle da burocracia, presente na internacionalização do conhecimento. Conforme Farias e Meneghetti (2011), as organizações burocráticas servem de unidades de dominação, e são responsáveis pela adoção da submissão, pelos comportamentos controlados e socialmente aceitos, interpretados como elementos naturais.

Prestes Motta (1981, p. 33) disserta que a burocracia nas organizações reproduz uma estrutura “característica de uma formação social. Essa reprodução significa uma recriação ampliada das condições de produção em uma dada sociedade, em um dado sistema econômico”. Como o sistema econômico vigente em nossa sociedade é o capitalismo, nada mais natural que o líder da cultura capitalista mundial domine e controle as diretrizes que devem ser seguidas para quem deseja pesquisar e publicar com destaque na ciência da Administração.

A posição de Alcadipani (2013) é de que a língua inglesa é necessária, para ser ouvido, para poder interferir no debate internacional, e inverter a lógica de comprador para fornecedor de teoria da administração a uma audiência internacional. O autor complementa que o estabelecimento de uma comunicação normalmente demanda a emissão, recepção, interpretação e retorno em relação à mensagem originalmente enviada, com uma linguagem comum que auxilie na mediação. Nesse sentido, a utilização da língua inglesa faz sentido e é realmente útil para a fixação do Brasil no rol de pesquisa global e na internacionalização de seus programas de graduação e pós-graduação.

No entanto, deve-se atentar para a tradução, pois Chanlat (2014) lembra que não há duas línguas suficientemente semelhantes que possam ser consideradas como representantes da mesma realidade social. Os mundos nos quais vivem as diferentes sociedades são distintos (SAPIR, 1929). Ao utilizar a língua inglesa para exprimir sua opinião e suas ideias, o pesquisador não pode abrir mão de aspectos próprios e únicos de seu país de origem. Caso contrário, ele estaria pesquisando para o público norte-americano, em uma linguagem com ponto de vista norte-americano. Chanlat (2014) reforça que o mundo real tem uma medida ampla e é inconscientemente construído a partir de costumes idiomáticos do grupo.

Desde os primeiros trabalhos de Ferdinand de Saussure, fundador da linguística moderna, numerosos pesquisadores entendem o idioma como um produto social, originado da capacidade do uso da linguagem por uma comunidade humana (BENVENISTE, 1966; HAGÈGE, 1985). Esse tema das relações entre as palavras e os conceitos não é recente. Desde a Grécia antiga, encontram-se reflexões sobre esse assunto. Wittgenstein (1968) escreveu que os limites da linguagem são os mesmos limites do mundo. Foi também o caso dos etimologistas Whorf (1956) e Sapir (1929), quando sustentavam que o pensamento não teria existência autônoma, independente do idioma.

Ao escrever uma pesquisa em inglês, um dos primeiros pensamentos estratégicos consiste na expansão do número e localização dos leitores, na profusão dos resultados da pesquisa para qualquer realidade que entenda esta linguagem. Mas Chanlat (2014) solicita atenção para que o pesquisador não abra mão da realidade local, de explorar o mundo, e que não realize uma pesquisa de maneira superficial. De fato, não se pode generalizar tudo, tampouco em uma pesquisa será possível observar a totalidade do que ocorre no globo.

Dessa maneira, não seria mais interessante focar no nosso meio e produzir respostas para a nossa população? Que tal criar os nossos questionamentos, e ampará-los em nossas experiências? Isso contribuiria para a nossa realidade local e também poderia ser levado para o debate internacional, como forma de somar e compartilhar experiências. E isto evitaria a mera cópia de algum modelo externo.

O norueguês Ljosland (2007) revelou este exemplo com base em sua pesquisa sobre teses de economia da Noruega. Segundo o pesquisador, essas teses eram redigidas nos percentuais de 82% em inglês, 16% em norueguês e 2% nas duas línguas. Esse anglicismo massivo produz, na sua opinião, “uma colonização mental” e faz com que se percam assuntos potencialmente interessantes para a sociedade norueguesa (LJOSLAND, 2007).

O uso normalizado e exclusivo da língua inglesa é uma ilustração das práticas hegemônicas, e o inglês não é um sistema inocente, por meio do qual as palavras e frases são geradas. É uma influência decisiva sobre o próprio significado dos textos produzidos, sendo a adoção da língua inglesa uma ferramenta para a ideologia proposta pelo domínio norte-americano na pesquisa (TIETZE, 2004).

Com o exposto, é possível verificar que a língua é também instrumento que pode ser utilizado pela nação dominante para impor a sua doutrina, para controlar o que é interessante de ser pesquisado e publicado no meio científico. É importante a criação de uma agenda de pesquisa em Administração, no Brasil, que inclua como planejamento a produção e divulgação de artigos

produzidos e divulgados em inglês. Ao mesmo tempo, cabe aos pesquisadores a busca da solução de problemas locais, com valorização cultural, sem o abandono da identidade.

4 Considerações Finais

O presente ensaio teórico teve como objetivo argumentar a tese sobre a necessidade da geração de uma agenda de pesquisa e criação de teoria para a inter(nacionalização) da ciência brasileira da administração. Com a questão da internacionalização do ensino superior em alta por todo o mundo, o inglês é item obrigatório nas universidades, tanto para a pesquisa, quanto para o ensino. Nesse cenário, foi debatida a questão da internacionalização e a hegemonia norte-americana na pesquisa acadêmica. Na sequência, tendo a internacionalização algumas normas a serem seguidas para sua efetivação, também foi realizado um debate entre os autores que dissertaram sobre a burocracia, dominação, controle, e seus efeitos perversos de legitimação.

Demonstrou-se, neste ensaio, que a pesquisa brasileira é predominantemente fundamentada na produção estrangeira. Temáticas e problemas são reproduzidos no Brasil sem uma reflexão sobre as diferenças contextuais de aplicação e práxis. O resultado é de não apenas mais citações de autores norte-americanos, mas também de um conjunto de problemas estrangeiros que não se adaptam a realidade local. Com isso, a produção brasileira deixa de lado suas especificidades. Nos últimos anos, a pesquisa brasileira cresceu muito de forma quantitativa, mas há a necessidade de melhorias de qualidade e em maior ritmo. Uma sugestão seria o maior enfoque no panorama local, realizar abordagens voltadas ao público nacional, com questões de pesquisa que interessem às organizações do Brasil, e que possam também servir para futuras pesquisas e aplicações em outros contextos internacionais.

Considerou-se também que a língua inglesa é item primordial para quem quer publicar nas revistas científicas de maior impacto da área de administração. A adoção da língua inglesa na pesquisa, além de trazer visibilidade e credibilidade, é obrigatória para a nação que deseja a internacionalização. Mas deve-se atentar para não abrir mão da cultura local, especificidades, semiótica, próprias do idioma local, da forma local de pensar. Ao traduzir um texto, não se traduzem apenas as palavras, mas também a forma de compreender determinado problema. E deve-se atentar para não desvirtuar o resultado da pesquisa.

Sugere-se que o pesquisador brasileiro continue a busca por solução de problemas locais, sem deixar de atentar para o que está sendo produzido internacionalmente. Não há problema citar pesquisas e autores estrangeiros, desde que sejam consideradas as diferenças entre os dois contextos culturais e sociais. Os caminhos para a internacionalização da pesquisa em administração passam pelas etapas de publicar em inglês e em português artigos de qualidade, deixar de se preocupar com o enfoque na quantidade, realizar intercâmbio de estudo e pesquisa em universidades de língua inglesa (para entender os caminhos que levaram tais nações a se tornarem referências mundiais). Depois de compreender a maneira de pesquisar dos países que lideram a ciência da administração, será possível traçar o próprio caminho, com os próprios passos, para deixar de ser um mero reproduzidor de conhecimento. Em muitos casos, os problemas e soluções desenvolvidas pelos países hegemônicos são similares aos problemas dos países periféricos. É papel do pesquisador traçar as semelhanças e diferenças em suas pesquisas.

Há também uma parcela de culpa do pesquisador brasileiro em não citar e buscar referências de seus pares, ou mesmo de autores latino-americanos. É mais fácil e conveniente citar autores já citados por tantos outros estudos, como os norte-americanos. Em uma rápida pesquisa pela internet, é possível constatar que os livros e citações são de autores norte-americanos. Sugere-se a elaboração de bancos de dados nacionais, de artigos nacionais de alta qualidade. Há produção de qualidade na área de Administração no Brasil, e deve-se valorizá-la. Mas ainda é notória a força do estrangeirismo, da síndrome de subalterno. Se o pesquisador brasileiro da área de administração continuar mantendo essa postura, nunca irá participar do cenário mundial em nível de igualdade com autores norte-americanos, e continuará a sustentar a hegemonia.

A internacionalização da educação superior é necessária para a ampliação do cenário mundial da pesquisa e do ensino. E é preciso entender que o inglês é a língua oficial da sociedade que se comunica globalmente, isto não há como alterar. Mas é possível adotá-lo e incentivar que nossos estudantes e pesquisadores o estudem, e com a ressalva de que a pesquisa é realizada em português, para o público brasileiro, baseada em problemas brasileiros. Ao traduzir para a língua inglesa, para dar visibilidade à realidade brasileira, há a possibilidade de ganhar espaço no debate internacional. E há o interesse em compreender os problemas de diversos países, em compreender de que maneira tais países têm lidado com seus conflitos. Na Ásia, por exemplo, muitos estudantes são incentivados a estudar nos Estados Unidos, e muitas universidades asiáticas já lecionam em

inglês. Estes pesquisadores asiáticos realizam este estágio nos países de língua inglesa, e obtêm o conhecimento que possa auxiliar na solução de problemas locais, e podem difundir na forma de educação para o seu país.

Neste ensaio, compreende-se a internacionalização como algo muito positivo para as universidades brasileiras. A troca de conhecimento e o intercâmbio de ideias entre as nações consiste na multiplicação de saberes, que é maior do que qualquer experiência que já realizamos no Brasil. O eixo nevrálgico consiste na maneira de lidar com este processo. Se a pesquisa brasileira em administração partir do posicionamento que o pesquisador brasileiro é inerte e cultua o estrangeiro, não haverá a possibilidade de conquistar credibilidade no cenário internacional. Doravante, sugere-se: compreender e lidar com a hegemonia norte-americana; estudar e pesquisar com qualidade, para adaptar o *know-how* de forma apropriada para a solução de problemas locais; referenciar pesquisas nacionais e internacionais de qualidade que tenham sido publicadas sobre a temática; inovar, ousar nos temas e questões de pesquisa; valorizar a cultura brasileira; utilizar o inglês para conversar com os outros pesquisadores e outros países, com contínuas apresentações de pesquisas em congressos internacionais e em universidades; participar ativamente do debate internacional, não apenas como um coadjuvante, mas como um participante com voz e conteúdo. Encerra-se este ensaio com os dizeres de Guerreiro Ramos (1983), de que o Brasil adotou (e mais uma vez deve adotar) os modelos institucionais dominantes no mundo, por necessidade para o país apropriar-se de requisitos que lhe permitam evoluir.

Referências

ADLER, N; HARZING, A. W. (2009): "When knowledge wins: transcending the sense and nonsense of academic rankings". **The Academy of Management Learning & Education**, v. 8, n. 1, p. 72-95.

ALTBACH, Philip G. (2004): "Globalization and the University: myths and realities in an unequal world". **The NEA 2005 Almanac of Higher Education**, v. 10, n. 1, p. 63-74.

ARAÚJO, Emília Rodrigues; SILVA, Sílvia. (2015): "Temos de fazer um cavalo de Troia: elementos para compreender a internacionalização da investigação e do ensino superior". **Revista Brasileira de Educação**, v. 20, n. 60, p. 77-98.

AQUINO-ALVES, M; POZZEBON, M. (2013): "How to resist linguistic domination and promote knowledge diversity". **RAE-Revista de Administração de Empresas**, v.53, n. 6, p. 629-633.

BENVENISTE, E. (1966): "**Problèmes de linguistique générale**". Paris: Gallimard, 1966.

BERTERO, Carlos Osmar; ALCADIPANI, Rafael; CABRAL, Sandro; FARIA, Alexandre; ROSSONI, Luciano. (2013): "Os desafios da produção de conhecimento em administração no Brasil". **Cadernos EBAPE.BR**, v. 11, n.1, p. 181-196.

BERTERO, Carlos Osmar; CALDAS, Miguel Pinto; WOOD JR., Thomaz. (1999): "Produção científica em administração de empresas: provocações, insinuações e contribuições para um debate local". **Revista de Administração Contemporânea**, v. 3, n. 1, p. 147-178.

BERTERO, C. O.; KEINERT, T. M. M. (1994): "A Evolução da Análise Organizacional no Brasil (1961-93)". **RAE-Revista de Administração de Empresas**, v. 34, n. 3, p. 81-90.

BOYACIGILLER N.; ADLER, N. (1991): "The parochial dinosaur: organizational science in a global context". **Academy of Management Review**, v. 16, n. 2, p. 262-290.

CASTRO, Alda Araújo; CABRAL NETO, António. (2012): "O ensino superior: a mobilidade estudantil como estratégia de internacionalização na América Latina". **Revista Lusófona de Educação**, v. 21, n. 21, p. 69-96.

CHANLAT, Jean-François (2014): "A língua e o pensar no campo da pesquisa em administração". **Revista de Administração de Empresas**, v. 54, n.6, p. 706-714.

DE WIT, H.; HUNTER, F.; HOWARD, L.; EGRON, Polak, E. (2015): “**Internationalisation of Higher Education**”. Brussels: Policy Department, Directorate General for Internal Policies, European Parliament.

FARIA, José Henrique de; MENEGETTI, Francis Kanashiro. (2011): “Burocracia como organização, poder e controle”. **Revista de Administração de Empresas**, v. 51, n. 5, p. 424-439.

FISCHER, Tânia. (2003): “Alice através do espelho ou Macunaíma em campus papagalli? Mapeando rotas de ensino dos estudos organizacionais no Brasil”. **Organizações & Sociedade**, v. 10, n. 28, p. 47-62, 2003.

RAMOS, Guerreiro. (1983): “**Administração e contexto brasileiro: esboço de uma teoria geral da administração**”. Rio de Janeiro: Fundação Getúlio Vargas.

HAGÈGE, C. (1985): “**L’homme de parole**”. Paris: Gallimard.

HARZING, A. W; WAL, R. Van Der. (2008): “Google Scholar as a new source for citation analysis”. **Ethics in Science and Environmental Politics**, v. 8, n. 1, p. 62-71.

HOFSTEDE, Geert. (1984): “The cultural relativity of the quality of life concept”. **Academy of Management Review**, v. 9, n. 3, p. 389-398.

JACKSON, Jane. (2008): “Globalization, internationalization, and short-term stays abroad”. **International Journal of Intercultural Relations**, v. 32, n. 1, p. 349-358.

KNIGHT, J. (2005): “**An Internationalization Model: Responding to New Realities and Challenges**”. In: Hans de Wit et al. (Eds), Higher Education in Latin America: The International Dimension. Washington, D.C.: *The World Bank*, 2005.

KNIGHT, Jane. (2014): “**Understanding Education Hubs within the Context of Crossborder Education**”. In: Knight, J. (Ed.). International Education Hubs: student, talent, knowledge innovation models. New York: Springer, 13-27.

LAUERMANN, Fani. (2012): “To go or not to go: the decision to pursue higher education abroad”. **Advances in Motivation and Achievement**, v. 17, n. 1, p. 177-204, 2012.

LIMA, Manolita Correia; CONTEL, Fabio Betioli. (2011): “**Internacionalização da educação superior. Nações ativas, nações passivas e a geopolítica do conhecimento**”. São Paulo: Alameda.

Ljosland, R. (2007). “English in Norwegian academia: a step towards diglossia?” **World Englishes**, v. 26, n. 4, p. 395-410.

MOTTA, Fernando C. Prestes & CALDAS, Miguel P. (1997): “**Cultura organizacional e cultura brasileira**”. São Paulo: Atlas.

PRESTES MOTTA, F. C. (1981): “**O que é burocracia**”. São Paulo: Brasiliense.

SAPIR, E. (1929): “The status of linguistics as a science”. **Language**, v. 5, n. 4, p. 207-214.

TIETZE, S. (2004): “Spreading the management gospel – in English”. **Language and Intercultural Communication**, v. 4, n. 3, p. 175-189.

URBAN, Ewa L.; PALMER, Louann Bierlein (2014): “International Students as a resource for internationalization of Higher Education”. **Journal of Studies in International Education**, v. 18, n. 4, p. 305-324.

VÁZQUEZ, Lynda K.; MESA, Francisco R.; LÓPEZ, Daniel A (2014): “To the ends of the Earth: student mobility in Southern Chile”. **International Journal of Educational Management**, v. 28, n. 1, p. 82-95.

VERGARA, S. C. (2002): "A hegemonia americana em estudos organizacionais". **Revista de Administração Pública**, v. 36, n. 6, p. 63-77.

VERGARA, S.; CARVALHO JR., D. (1995): "Nacionalidade dos autores referenciados na literatura brasileira sobre organizações". **Revista Brasileira de Administração Contemporânea**, v. 1, n. 1.

VERGARA, Sylvia Constant; PINTO, Mario Couto Soares. (2001): "Referências teóricas em análise organizacional: um estudo das nacionalidades dos autores referenciados na literatura brasileira". **Revista de Administração Contemporânea**, Curitiba, v. 5, n. spe, p. 103-121.

WEBER, Max. (1999): "**Ética protestante e o espírito do capitalismo**". São Paulo: Pioneira.

WENDE, M. C. Van Der. (2011): "**Global Institutions: the Organisation for Economic Cooperation and development**". In: King, Roger; Marginson, Simon; Naidoo, Rajani (Eds). Handbook on Globalization and Higher Education. USA: Edward Elgar, p. 95-114.

WITTGENSTEIN, Ludwig (1968): "**Tractatus Logico-Philosophicus**". Trad. José Arthur Giannotti. São Paulo: Companhia Editor Nacional/ Editora da Universidade de São Paulo, 1968.

WHORF, B. (1956): "**Language, thought, and reality: selected writings of Benjamin Lee Whorf**". In J. B. Carroll, S. C. Levinson & P. Lee. Cambridge, Londres: The MIT Press, 1956.